

Palestra para o Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro
em 9 de agosto de 2006

**À Sombra da Inquisição:
a trajetória do culto a São Jorge na Lisboa do Antigo Regime**

Georgina Silva dos Santos*

Santo venerado pelos moradores da cidade do Rio de Janeiro desde os tempos da colônia, São Jorge está presente nos altares da Igreja e nos gongás da umbanda. A imagem em que o santo enfrenta um dragão repousa estática entre garrafas de bebida nos bares cariocas e nos nichos domésticos; desfila em decalque na carroceria dos ônibus e dos carros de passeio; gravada em medalha de prata, ouro ou no reluzente chapeado, pende do pescoço do playboy e do operário, do patrão e do empregado.

No Rio de Janeiro, a devoção a São Jorge desafia as barreiras etárias, sociais e zomba dos limites geográficos. Aproxima o velho do moço, as classes média e baixa dos célebres emergentes, a zona sul do subúrbio, o morro do asfalto, o lar do botequim. É exemplo perfeito da religiosidade popular brasileira tal como a descreveu Gilberto Freyre: uma “religiosidade afetivizada”, que canibaliza as hierarquias impostas entre o sagrado e o profano e transforma a festa para o santo às portas da igreja, na Rua da Alfândega, em uma festa carnavalesca.

A dimensão que o culto a São Jorge assumiu no Rio de Janeiro contou, é certo, com a força das religiões afro-brasileiras. Sabe-se há muito que os escravos encontraram no culto aos santos um abrigo seguro para a manutenção do culto às entidades do panteão iorubá, quando a prática era assunto de polícia. A função medianeira, as habilidades e o conhecimento no trato sobre certa matéria aproximaram os santos e os orixás. Enquanto os atributos dos santos indicavam o exercício de seu antigo ofício, a aptidão para cura de uma doença ou a resolução de um problema, os símbolos dos orixás revelavam, do mesmo modo, suas propriedades curativas e

* Georgina Silva dos Santos é professora do Departamento de História da UFF e pesquisadora da *Companhia das Índias* – Núcleo de História Moderna e Colonial da Época Moderna da mesma universidade.

materiais. Nas terreiros do Rio, São Jorge emprestou sua face a Ogum, na Bahia a Oxossi.

O encontro de São Jorge com os deuses africanos é um dos muitos capítulos que compõem a história da devoção ao mártir no Ocidente. São Jorge dialogou com outros mitos desde a Antiguidade até assumir a feição lusitana que os colonizadores trouxeram ao Brasil. Ao contrário de outros santos do catolicismo, São Jorge conta com mais de um relato hagiográfico, sua canonização literária.¹

O relato mais antigo de seu martírio tem como base os fragmentos de um texto grego. Foi escrito por um discípulo do “mestre Jorge” e remonta ao século V. Narra os tormentos sofridos pelo santo após declarar-se cristão perante o imperador Graciano [sic]. Segundo a lenda, por recusar-se a oferecer sacrifícios aos ídolos pagãos, São Jorge foi tremendamente torturado com marteladas no crânio. Mas para confortá-lo, o Senhor apareceu-lhe. Revelou-lhe que haveria de morrer e reviver três vezes antes de falecer realmente. Conta-se que o vaticínio do Criador cumpriu-se. O mártir suportou calçados com pregos pontiagudos, os talhos de um roda com gládios e a voracidade das aves de rapina, exatamente como o Prometeu Acorretando da mitologia grega. Entre uma ressurreição e outra, restituiu a saúde de um boi para consolo de um lavrador, intercedeu por uma viúva aflita, curando seu filho doente, e batizou quatrocentos mortos, após ressuscitá-los.

Apesar de tantos milagres, a indefinição de sua identidade e a imprecisão quanto às circunstâncias de seu martírio, dificultaram o reconhecimento da autenticidade desta lenda e suas variantes. Em 325, o concílio de Nicéia considerou todas as narrativas sobre São Jorge como textos apócrifos, ou seja, relatos sagrados que não obedeciam o Cânon das Escrituras. Mas a crença no poder de suas relíquias e a construção de santuários em seu louvor falaram mais alto. Seu culto, enraizado nas cidades mediterrânicas e nas vilas do norte europeu, estimulou a produção de um novo relato capaz de justificar sua devoção.

A segunda versão do martírio de São Jorge, composta em 916, baseia-se na narrativa anterior, mas a supera em precisão histórica. Tem como personagens figuras que reprimiram o credo cristão no mundo romano e revela a origem do mártir. O relato apresenta-o como um tribuno do exército imperial, natural da Capadócia, que se

¹ Este artigo é uma versão ampliada de algumas questões tratadas em minha tese de doutoramento, financiada pela Capes, defendida em 2002, na USP, e publicada em Portugal no ano de 2005. Cf. Georgina Silva dos Santos. *Ofício e Sangue: a irmandade de São Jorge e a Inquisição*. Lisboa: Editora Colibri-ICIA, 2005. pp. 29-53.

recusou a fazer oblações aos deuses diante do Senado e do exército. Segundo a narrativa, a desobediência provocou a ira do imperador Diocleciano, que ordenou sua prisão. Sendo nobre e rico, São Jorge doou todos os seus bens aos pobres e deixou-se conduzir ao cárcere, onde foi submetido a torturas atrozes. Um anjo do Senhor, no entanto, libertou-o de todos os suplícios. O santo suportou uma roda cheia de gládios, saiu ileso de uma fossa de cal e não se feriu ao andar sobre o fogo. Conta-se que a cada prova superada, São Jorge operou milagres. Trouxe um morto à vida e salvou o único boi do camponês Glicério. Maravilhados com o poder do mártir, os soldados algozes e a própria imperatriz Alexandra aderiram à fé cristã. Inconformado, Diocleciano condenou-o à decapitação.

Escrita num tempo em que o catolicismo já se tornara religião oficial do Ocidente, esta versão hagiográfica tornou os atos de São Jorge verossímeis ao suprimir a descrição hiperbólica de seus milagres, ao nomear seus beneficiários, e ao situá-lo entre os mártires da sangrenta perseguição aos cristãos promovida por Diocleciano em 303. Embora ancorada em um perfil caridoso, caro ao conceito de santidade vigente na Idade Média, não foi esta a narrativa que serviu de esteio à construção da imaginária de São Jorge. O episódio em que o santo enfrenta um dragão tomou-lhe a dianteira.

O principal agente na disseminação desta imagem foi decerto a *Legenda Aurea*, coletânea hagiográfica realizada por Jacopo de Varazze, arcebispo de Gênova no século XIII (1236-1298). A obra, amplamente utilizada como fonte pelos jograis, descreve o martírio de São Jorge e remete-o ao ano de 287, portanto, ao reinado de Diocleciano. Mas insere no registro do santo o combate em que o guerreiro da Capadócia enfrenta o monstro.

Conta a *Legenda* que, além das muralhas da cidade de Lida, vivia um dragão que aterrorizava a população. Tinha um odor pestífero e uma fome descomunal. Aqueles que ousavam enfrentá-lo, fracassavam. Para mantê-lo sob controle, era-lhe oferecido diariamente um animal. Ao fim de um período, os rebanhos esgotaram-se. O rei então ordenou que a cada dia um habitante, designado por sorteio, fosse levado à fera. Certo dia, a sorte apontou a filha do rei. Desolado, o rei ofereceu toda sua riqueza e até metade do seu reino para que a substituíssem. A oferta, porém, não teve voluntários. Levada aos arrabaldes da vila, a princesa entregou-se às lágrimas.

São Jorge cavalgava pelo lugar quando avistou a jovem. Disposto a oferecer-lhe ajuda, parou para indagar-lhe o motivo de seu pranto. Enquanto a donzela tentava dissuadi-lo a deixar o local, o dragão, inesperadamente, precipitou-se sobre o santo.

São Jorge abateu-o com sua lança, amarrou-o com auxílio da princesa e conduziu-o até a cidade. Diante dos moradores, o herói prometeu matar a fera se todos aceitassem o Evangelho. Grata, a população converteu-se ao cristianismo e deixou-se batizar. Para agradecer-lhe o feito, o rei ofereceu sua filha em casamento. São Jorge, no entanto, recusou o consórcio. Antes de partir, pediu-lhe apenas que zelasse pela fé cristã e cuidasse dos pobres. Conta-se que em honra a São Jorge e à Virgem Maria, o soberano mandou erguer ali duas igrejas. Consta que, próximo às ermidas, surgiu uma nascente e todos que dessa água beberam viram-se curados.

A data e o autor desta lenda se desconhece. Mas é incontável sua semelhança com o mito grego em que o herói Perseu salva a princesa Andrômeda de um monstro marinho. Também é inegável seu parentesco com a hagiografia de outros santos medievais, como São Marcelo, que enfrenta um dragão para defender Paris.

Perfilado como um guerreiro intrépido, vitorioso e santo, São Jorge cristalizou a imagem de *defensor* da fé cristã e de *protetor* de gentes e territórios, eliminando distâncias entre o topo e a base da sociedade. Não espanta que tenha embalado o movimento da Reconquista da Península Ibérica contra o Islão. A cruzada deu origem a reinos cristãos e selou uma união entre o mártir e os monarcas lusos que teve vida longa em Portugal.

O culto dos reis portugueses ao santo principiou com a crônica régia. Honrado com uma igreja em Lisboa por Afonso Henriques (1109-1185), fundador do reino, São Jorge recebeu como herança o cavalo de seu sucessor, Sancho I, e passou a ser evocado como grito de guerra por Afonso IV (1291-1279). Caracterizada como uma veneração pessoal durante a dinastia de Borgonha, a primeira de Portugal, a devoção a São Jorge assumiu outra dimensão com a ascensão dos Avis. O santo tornou-se uma espécie de divindade epônima da nação. Tomado como intercessor celeste pelas tropas lusitanas na célebre batalha contra Castela em Aljubarrota (1385), São Jorge foi alçado ao posto de padroeiro de Portugal pelas mãos de D. João I, mestre de Avis, por auxiliá-lo a vencer o “dragão castelhano”. A derrota significaria a união entre as duas Coroas, ou seja, custaria a independência do reino. Não foi à toa que, na seqüência dos acontecimentos, o monarca deu ao paço régio o nome do santo: o famoso Castelo de São Jorge de Lisboa. Exatamente como o rei da *Legenda Aurea*, D. João I iniciou, em consagração à Virgem, as obras do Mosteiro da Batalha e ergueu, nos campos de Aljubarrota, uma igreja para São Jorge.

A devoção dinástica ao padroeiro manteve-se nas gerações seguintes. Quando Portugal lançou-se sobre o Atlântico, São Jorge ligou-se à toponímia dos territórios anexados. O Infante D. Henrique atribuiu a uma das ilhas dos Açores o nome do mártir. D. João II, ao edificar uma fortaleza na Costa da Guiné, chamou-a de São Jorge da Mina. Em 1556, no reinado de D. João III, fundou-se na Capitania de Ilhéus, por ordem do bispo Dom Pero Fernandes Sardinha, a freguesia de São Jorge dos Ilhéus, na costa brasileira.

Mas foi de fato a introdução do santo na procissão do Corpo de Deus, ainda em 1387, a grande responsável pela transformação do mártir numa entidade popular. Realizada em todo torrão português, a procissão em honra à Eucaristia era a festa mais importante da Igreja lusa. Organizado pela Câmara local e financiado pelos participantes, o cortejo contava com a presença dos oficiais camarários, dos oficiais mecânicos, da clerezia e, às vezes, do próprio monarca. Os preparativos para o evento mobilizavam pessoas do lugar, dos arredores e coalhava as ruas de gente. Por determinação municipal, as vias eram tapizadas de flores e ervas, nas sacadas e janelas punham-se veludos e damascos.

Nas cidades massacradas outrora pelos cercos castelhanos a aparição de São Jorge era o clímax da festa. Em Lisboa, São Jorge sobre um cavalo era escoltado por um pajem, um alferes, o popular homem de ferro, e por cavaleiros vistosamente trajados. No encerramento da festa, ano após ano, o santo tomava posse de seu castelo e recebia ali, à vista de uma multidão entusiasmada, as honras de general.

A presença de São Jorge no cortejo de *Corpus Christi* simbolizava a fundação da dinastia dos Descobrimentos e imprimia no evento um caráter cívico que se transformou em tradição. Em 1719, no reinado de D. João V, o santo fez uma aparição memorável segundo o cronista Barbosa Machado. Trombeteiros a cavalo, vestidos de veludo carmesim, guarnecidos de galões de prata”, abriam passagem para um cavaleiro vestido e calçado de ferro com viseira e colete, que se mostrava como o alferes da milícia antiga. Levando uma comprida bandeira, o mancebo liderava a aparição de quarenta e seis cavalos da caudalaria real, conduzidos à mão pelo mesmo número de moços das cavaliças, calçando luvas brancas e vestidos em *libré* da Casa Real. Os animais vinham ajaezados e ornados com franjões de ouro, arreios e jaezes de prata, atados no peito com fitas, borlas de ouro e bordaduras em veludo verde com as armas reais. A imagem vestia armas brancas prateadas, guarnecidas de preciosíssimos diamantes, e no braço direito empunhava. Adornado com sela e arreios de ouro, o corcel exibia na crina

uma variedade de fitas com galões e frocos de prata. A seu lado, um pajem, com capacete em cocar de plumas e uma comprida lança às costas, rodeava a imagem do mártir, “venerada na igreja do Hospital Real , onde o santo, Protetor do Reino, [tinha] magnífica capela” e sua irmandade a sua sede. Atrás do santo, os irmãos de Jorge faziam valer, pela antigüidade, a máxima que garantia sua precedência sobre as demais confrarias lisboetas.

A irmandade de São Jorge de Lisboa era composta de gente simples, ferreiros, ferradores, barbeiros, cutileiros e demais artesãos cujas artes eram indispensáveis ao funcionamento dos exércitos. Embora coubesse ao rei, como juiz perpétuo da irmandade, a maior contribuição pecuniária para o culto ao santo, embora fosse o monarca a ceder os cavalos da estrebaria real para o cortejo de *Corpus Christi*, eram os irmãos de São Jorge os fiéis zeladores de seu culto.

Os irmãos de São Jorge integravam a segunda maior corporação de ofícios da capital lusa. Nascida fora de Lisboa, a maior parte dos irmãos chegou à cidade atraída pelas frentes de trabalho que só o epicentro do império ultramarino era capaz de oferecer. A concorrência entre migrantes e os artesãos lisboetas levou os irmãos de São Jorge a utilizarem o culto ao santo como instrumento para conter infrações ou desavenças no seio da associação de ofício. Se no passado o monarca usara o santo como suporte para monumentalizar seu feito, trezentos anos depois seriam os próprios oficiais mecânicos a lançar mão do mesmo recurso para conter a concorrência.

Moradores de um mesmo bairro e com afazeres similares, estes homens se expunham ao calor do fogo, subvertendo a resistência do ferro e do aço, às vezes em tendas apertadas, às vezes nos degraus de uma escada escura. A necessidade de salvaguardar a própria clientela e os domínios de sua arte, definidas pelos regimentos da corporação e pelo regulamento de cada ofício, encontrou no culto a São Jorge um escudo. Transformada em círios e oferecida ao santo, a falta cometida pelo irmão imprudente contra a própria comunidade, contra o pacto de entreajuda que cada um selava ao ingressar na corporação era o reconhecimento de sua culpa perante o grupo.

Este dispositivo extra-judicial foi sancionado pela Câmara de Lisboa no século XVI, mas no século seguinte mostrou-se insuficiente para conter as rugas entre os homens de ferro e fogo. Com o objetivo de manter controle sobre suas áreas de atuação, no século XVII os irmãos requisitaram à realeza que o exercício legal de cada ofício da corporação fosse condicionado a entrada prévia na irmandade.

A concessão deste pleito significou muito para os homens de ferro e fogo. A irmandade adotava como critério de admissão a limpeza de sangue, facilitando a entrada de familiares do Santo Ofício, isto é, dos homens que integravam a milícia inquisitorial e eram capacitados pelo tribunal para realizar a busca e a apreensão dos presos. Mais do que isso, a irmandade utilizava o mesmo procedimento investigativo que a Inquisição para admitir seus funcionários. Em outras palavras, não admitia homens que tivessem entre seus ancestrais mouros, mulatos ou judeus.

Uma vez aceito o pedido de ingresso do postulante, dava-se início ao inquérito. O levantamento da vida pregressa e presente do habilitando era realizado pelos “irmãos informadores” no período de até três meses. Quando estava pronto, o relatório das diligências era entregue ao irmão prefeito ou procurador da irmandade. Considerando-se a possibilidade de revelar “algum defeito”, o resultado das averiguações era aberto com cautela pelos oficiais. Se a sondagem indicasse um parecer negativo, o levantamento biográfico do sujeito era guardado em *segredo* pelo prefeito, porque não era conveniente torná-lo público. Neste caso, o postulante poderia ser admitido apenas como confrade. Todavia, em se tratando de “falta de pouca ponderação”, o prefeito levava o assunto à mesa. Aqueles que, por sua vez, tivessem suas solicitações aprovadas, também teriam seu inquérito exposto à mesa para votação. Neste caso, a votação ocorria para que se pudesse lançar o número do despacho da dita aprovação, devidamente assinado pelo irmão prefeito e demais oficiais da mesa.

As etapas da investigação realizadas pelos “informadores” e as circunstâncias exatas em que ocorriam as diligências do “habilitando à irmandade”, o *Compromisso* não permite conhecer. Mas a preocupação em averiguar os dados declarados pelo candidato não deixa dúvidas de que os irmãos tinham como fonte de referência os processos de habilitação dos familiares do Santo Ofício. A importância do segredo nos procedimentos empregados para a votação da petição do habilitando e no recebimento do relatório emitido pelo informante, atesta que não foram apenas os critérios classificatórios utilizados pela Inquisição para a concessão do título de familiar que haviam sido assimilados pela Irmandade. A bem da verdade, todo o modelo organizativo criado pelo tribunal para o recrutamento de sua milícia de apoio havia sido absorvido pelo sistema organizativo da associação confraternal.

O esquema sofrera, evidentemente, algumas adaptações. No Santo Ofício, a candidatura para familiar gerava um processo. Em sua fase preliminar, ou extrajudicial, recolhia-se o testemunho de pessoas cristãs-velhas que conheciam o habilitando nos

lugares onde ele e/ou seus antepassados nasceram e/ou moravam. Somente diante de um resultado favorável, que confirmasse a pureza de sangue do habilitando até a terceira geração, e após o “nada consta” de todos os tribunais inquisitoriais, que lhe asseguravam não haver registro de acusação ou condenação nestas praças, prosseguia-se com a etapa judicial. Neste segundo momento, era marcada uma audiência, em que cinco ou seis depoentes do extrajudicial eram chamados a testemunhar para reafirmar suas informações. Só então o habilitando prestava o juramento e recebia sua carta de familiar.

A irmandade não dispunha de uma estrutura administrativa como a da Inquisição, em que uma vez tendo-se candidatado a familiar do tribunal de Lisboa, um coimbrão, um portuense ou um lisboeta casado com uma eborense, a rede de familiares e comissários destas localidades era acionada para executar as investigações e depois reencaminhá-las à capital. Sem o mesmo suporte, não é de crer que a confraria conduzisse a pesquisa sobre a vida pregressa do sujeito em duas etapas, antes de convocá-lo para o juramento, como era de praxe no Santo Ofício. O *Compromisso* não menciona qualquer testemunha; refere-se apenas à figura do “informador” responsável pelo inquérito, e às provas por ele apresentadas.

Embora a sindicância realizada pela Casa de São Jorge dispensasse a presença de depoentes para asseverar o trabalho do irmão informante, a condução da investigação obedecia a um certo rigor. Enquanto as diligências para a habilitação dos familiares da Inquisição duravam em média um ano, quando os candidatos residiam no reino, na Casa de São Jorge a investigação levava, a princípio, três meses. Caso noventa dias não fossem suficientes para as averiguações, o informante poderia requisitar outros três meses até concluir o trabalho. O prazo não se estendia, porém, indefinidamente. Se não conseguisse cumprir o serviço no tempo estipulado, o irmão informante pagava seis arreteis de cera ao santo pelo atraso. Todavia, em confiança à sua idoneidade e aos dados recolhidos, a nenhum irmão cabia desferir qualquer questionamento sobre a veracidade dos dados contidos em seu relatório, exceto se apresentasse “justo impedimento”. A falsa suspeição implicava, inclusive, a multa de seis arreteis de cera pela leviandade.

A despeito das variações, tal e qual os habilitandos ao cargo de familiar, os postulantes à irmandade de São Jorge cobriam o custo do inquérito com o valor pago no ato em que assinavam a petição diante do prefeito. Mesmo que a devassa comprovasse que estava apto a ingressar na irmandade, se fosse casado ou tivesse esta intenção,

deveria encaminhar a solicitação para a habilitação de sua esposa ou consorte em até três meses após sua admissão, à semelhança das regras definidas pelo Santo Ofício para os integrantes de sua milícia de apoio. No entanto, visto que nem todos podiam honrar a tempo e a hora com a dita quantia, nem a irmandade esbanjava tanta riqueza assim a ponto de desprezar sempre as contribuições anuais, caso o “defeito” não fosse um passo para o escândalo, nem comprometesse a imagem da confraria, o candidato era admitido como confrade, recebendo, portanto, apenas os cuidados reservados à sua alma. Porque se fosse o seu corpo a padecer, não havia nenhum acordo firmado para socorrê-lo. Somente os irmãos recebiam a ajuda pecuniária em caso de enfermidade ou pobreza.

Restrito aos menores de quarenta anos, limitado àqueles cujo sangue desconhecia qualquer vestígio de “raça infecta”, portanto, que não contavam entre seus ancestrais com mouros, judeus ou negros, o ingresso na irmandade de São Jorge era uma conquista.

A iniciativa de adotar o procedimento inquisitorial para admissão dos postulantes à irmandade de São Jorge foi obra dos líderes da irmandade e da corporação: os barbeiros de barbear e sangrar. Primitivos detentores do estandarte e os primeiros a converterem suas faltas em cera para São Jorge em seus próprios regulamentos, os barbeiros sangradores foram, de fato, os principais responsáveis pela manutenção da devoção ao padroeiro além do paço. Senhores de um saber que lhes facultou o acesso à prestação de serviços nos cárceres da Inquisição e no Hospital Real, os barbeiros não só lideraram o estandarte de São Jorge, como projetaram uma irmandade formada exclusivamente por artesãos no circuito de uma das solenidades mais importantes da cidade, unindo o santo à história das Casas nas quais estavam inseridos.

A sede da irmandade esteve sempre nos Hospital Real de Lisboa. Do mesmo modo, os irmãos de São Jorge participavam do auto-de-fé desde de 1558, data da criação da irmandade.

Criadas na atmosfera espiritual que concedeu especial atenção às obras corporais da misericórdia, o Hospital Real e o Santo Ofício tinham um compromisso com o atendimento aos doentes e aos presos. Se esta premissa era evidente para a cas hospitalar, era, apesar dos pesares, também um dever da Inquisição. Embora fosse autor de sentenças com severas penas corporais e utilizasse a tortura como um meio para extrair confissões, o Santo Ofício era um tribunal religioso, jamais poderia negar o atendimento médico aos doentes que ele mesmo produzia. A inobservância ou omissão de socorro feria frontalmente os princípios do discurso vigente no seio da Igreja, em que

a caridade tinha um lugar cativo. Por isso, sem descurar da performance que orquestrava o espetáculo dos autos-de-fé, a Inquisição de Lisboa colocava em cena, através dos irmãos de São Jorge, o braço da instituição responsável pelo cuidado aos sentenciados.

As mãos que retiravam os penitenciados dos cárceres para conduzi-los aos braços da justiça inquisitorial eram as mesmas que acudiam aos enfermos das cadeias com sangrias. Por isso, a cruz da irmandade de São Jorge era depositada no cadafalso e ali permanecia durante o auto de fé. O ato expressava simbolicamente o atendimento prestado pelos barbeiros nas prisões de Lisboa, e a ligação institucional destes oficiais mecânicos com a Inquisição.

A deferência conquistada pelos barbeiros em função de sua arte facultou-lhes a participação na cerimônia inquisitorial e na seqüência acabou por beneficiar ferreiros, serralheiros e demais artesãos com um lugar na mesa da irmandade de São Jorge. Pois, assim como a cabeça do corpo de oficiais do estandarte, estes homens também integravam o cortejo dos penitenciados da Inquisição, granjeando um prestígio que os demais artesãos não ostentavam.

Os autos-de-fé, a guarda do segredo nas investigações e acusações inquisitoriais, assim como a distinção entre cristão-novo e cristão-velho caíram por terra em 1750, durante o governo do Marquês de Pombal. Enfraquecida pelas medidas do primeiro ministro de D. José, a Inquisição lusa foi desativada no século XIX, assim como as corporações de ofício. O culto a São Jorge e o cortejo que conduzia, anualmente, o santo ao castelo, ainda demonstrava vigor. Mas no século XX daria sinais de abatimento.

Hoje, em Lisboa, pouco se fala do mártir. Associado à memória da procissão, mas também da irmandade de sua invocação que saía no auto de fé, o padroeiro perdeu as glórias de general. Entretanto, sobrevive aqui, do outro lado do Atlântico, com a força dos orixás!